PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL CNPJ/MF N. 17.405.747/0001-22

O Conselho Fiscal da Federação Mineira de Futebol, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da entidade e no parecer sem ressalvas emitido pela Fernando Motta & Associados, opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da entidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2017.

Conselho Fiscal FMF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF
Belo Horizonte - MG

1.Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL – FMF, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL – FMF em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfases De acordo com as normas de auditoria independente, as demonstrações contábeis ora apresentadas comportam as seguintes ênfases de nossa parte, as quais não modificam a nossa opinião, já consubstanciada no tópico anterior:

a)A Entidade apresenta, na posição de 31 de dezembro de 2016, passivo a descoberto de R$10.485 mil (R$10.768 mil em 2015) e insuficiência de capital de giro de R$377 mil (R$371 mil em 2015), revelando a necessidade da geração de superávits futuros e outras medidas para assegurar o seu reequilíbrio operacional e a manutenção de suas atividades, pressupostos nos quais foram elaboradas as presentes demonstrações contábeis.

b)A Entidade responde por processos cíveis e tributários e sua Administração considera que os valores já provisionados são suficientes para cobrir possíveis perdas que possam advir dessas lides, entendimento que, todavia, somente poderá ser corroborado quando do desfecho dos processos.

4. Auditoria do exercício anterior As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório sobre as mesmas, datado de 19 de abril de 2016, enfatizou os mesmos assuntos mencionados no tópico anterior.

5. Responsabilidades da Administração e da Governança A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Federação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6. Responsabilidades do Auditor Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

b) Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Federação. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e

e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de março de 2017.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Consultoria e Auditoria - CRCMG – 7.841

Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491

Ivo de Almeida Motta
Contador CRCMG – 38.018

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA - torna público a Sanção de Advertência aplicada à empresa Equipar Médico Hospitalar Ltda, CNPJ 25.725.813/0001-70, Pregão Presencial 019/2016, Ata de Registro de Preços 020/2016. A Advertência encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 1020/2017. Em 24/04/2017. Tatiane Cristina da Silva Marcelino/Presidente da COPECAF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA - torna público as Sanções Administrativas de Advertência , Multa e Suspensão de Participação em Processos Licitatórios e Impedimento de Contratação com o município e Lagoa Santa pelo prazo de 24 meses enviadas à empresa Comercial Confins Varejo e Distribuição Ltda., CNPJ 14.569.854/0001-06, Pregão Presencial 082/2015, Ata de Registro de Preços 008/2016. As Sanções encontram-se disponibilizadas no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 1708/2017. Em 24/04/2017. Tatiane Cristina da Silva Marcelino/Presidente da COPECAF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO 005/17. Tipo: Menor preço por lote. Objeto: Promover Registro de preço para aquisição de hortifrutigranjeiros e folhosos, com critério de maior desconto sobre o preço médio do boletim do CEASA/MG. Abertura das propostas por meio eletrônico dia 09/05/2017, às 08h30min. O Edital da referida licitação se encontra disponível no site www.licitacoes-e.com.br Informações: Praça Getúlio Vargas, 114/2º andar, Centro, Esmeraldas/MG. Tel.: (31)3538-8908/8885.

Guilherme Henrique Corrêa Fernandes
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG - Proc. Licitatório nº 050/2017, Concorrência nº 001/2017 - Objeto - Contratação de empresa de engenharia para construção de Proinfância Tipo 1, Padrão FNDE, em atendimento ao TERMO DE COMPROMISSO Nº PAC 5133/2013 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE e o município de Jaíba/MG, conforme Projetos, Planilhas Orçamentária, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, conforme especificações constantes do edital - Credenciamento dia 30/05/2017, 08:00 Horas – Presidente CPL: Fernando Alves Alquimim, Tel. (38) 3833-1590 ou pelo e-mail: licitacoes@jaiba.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTIANO OTONI
AVISO DE SUSPENSÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017.

O município de Cristiano Otoni - MG, torna público que, em virtude de novas eleições municipais, fica suspenso por tempo indeterminado o Processo Licitatório Nº 28/2017, Tomada de Preços Nº 04/2017, objetivando a prestação de serviços de engenharia e assessoria com elaboração de projetos nas mais diversas disciplinas; serviços de gerenciamento e fiscalização de todas as obras do município; levantamento/acompanhamento de obras com elaboração de boletins de medição e elaboração de planilhas de custo, cronogramas físicos e financeiros do município; conforme condições de serviços elaboradas pela secretaria de Administração, Planejamento e Fazenda, sessão marcada para o dia 27/04/2017 as 13h00min.

Cristiano Otoni, 25/04/2017.
EVALDO JESUS DE SOUZA - PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Hugo Flávio Lebeis Marinho, Oficial de Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pará de Minas-MG, na forma da Lei, etc... Fazer saber a todos quanto o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, inscrita no CNPJ/MF 00.360.305/0001-04 na qualidade de credora fiduciária do Contrato Particular de Compra e Venda com força de Escritura Pública - PMCMV nº. 8.4444.0291649-3, datado de 11/03/2013, devidamente registrado em 09 de abril de 2013, na matrícula nº 56.260, de nosso Serventia, referente a uma CASA DE RESIDENCIA B do "RESIDENCIAL MACIEL CORDEIRO", situada na RUA VICENTE LUIZ DA COSTA, nº. 424, BAIRRO SÃO PEDRO, nesta cidade e comarca de PARÁ DE MINAS-MG e sua respectiva FRAÇÃO IDEAL de 0,1000 no LOTE DE TERRENO de nº. 01 da QUADRA R-1, e após tentativas de intimação administrativa via Cartório de Registro de Títulos e Documentos, intimo o Sr. **EDGAR JACOB LEMOS**, brasileiro, divorciado, motorista, CI. nº. MG-10295774-SSP/MG, CPF nº 037.210.236-09, para que o mesmo venha cumprir as obrigações contratuais vencidas, no valor declarado de R$ 2.851,11 (dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e onze centavos), na data de 18/03/2017, mais as prestações vencidas após, as despesas com as cobranças e intimações. – Fica, portanto, **INTIMADO** o Sr. **EDGAR JACOB LEMOS**, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do 3º. e último publicação deste EDITAL, se dirija a este Cartório de Registro de Imóveis, situado na Rua Manoel Batista, nº. 175, sala 202, Centro, nesta cidade de Pará de Minas-MG, para purgar o débito, cientificando que, o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado garante o direito de consolidação da propriedade de imóvel em favor da credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, inscrita no CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, nos termos do § 7º, do artigo 26 da mesma Lei 9.514/97, já citada. – E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente EDITAL, que será publicado por três dias, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Pará de Minas, aos 05 de abril de 2017. Pt/Oficial (a) Francisco Antônio Eleutério Flores.

MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Pregão Presencial 15/2017 - Processo 019/2017

O Município de Fortuna de Minas/MG torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial 15/2017. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados no preparo da merenda escolar para as Escolas da Rede Municipal de Ensino deste Município. Sessão de recebimento dos envelopes 17/05/2017 com protocolo até às 08:00h, na Prefeitura. O edital e seus anexos, está à disposição dos interessados na Av. Renato Azeredo, 210, centro, para consulta e aq. gratuitamente através do site www.fortunademinas.mg.gov.br. Informações pelo (31) 3716-7111.
Luiz Carlos de Melo Guimarães, Presidente da Comissão de Licitação.

EDITAL PARA INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

LUIZ FERNANDO CHAGAS, Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Itaúna, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

Pelo presente Edital, na qualidade de Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Itaúna-MG, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da Lei 9.514/97, faz saber pelo credor da Cédula a seguir mencionada, procedo à **INTIMAÇÃO** de **GILBERTO RAMOS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido em 12/09/1972, portador da identidade MG 8.892.825, expedida por PC/DF/MG e do CpE 916.745.496-87, residente e domiciliado na rua Vereador José da Silveira, nº 160, Residencial Esplanada, em São João de Oliveira MG, e, não encontrado(a), sendo assim efetuei a intimação no endereço informado via Sedex pelo próprio seu endereço informado, os mesmos retornaram com a informação que não foi procurado na agencia e no endereço da cidade de Itaúna foi informado que ele mudou para local incerto ou não sabido, motivo pelo qual deixei de efetuar a intimação, sem a ciência do(a) mesmo(a) e entrega da contra-fé, para que se dirija a este Serviço Registral de Imóveis, situado na **Rua Alberto Azevedo, nr. 554, Loja 01, na cidade de Itaúna-MG**, ou à **Agência da Caixa Econômica Federal em Itaúna-MG** onde deverá efetuar o pagto do débito que, posicionado em **07/01/2017** corresponde a **R$ 9.488,83**, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação, referentes ao Contrato Habitacional nº. **8.4444.0277160-8**, assinado em 03 de setembro de 2015, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob o número **R-6-18.398** Livro **2-RG**, de 30/11/2015 (01) GERAL, em 08 de setembro de 2015, referente ao imóvel: **LOTE 03 / QUADRA 08** - com a área de **312,00m2** (trezentos e doze metros quadrados) de terrenos legítimos, polígono irregular, sendo: de 01 para 02, 28°54'39" – 2,15m pela frente com a Rua Vereador José Silveira Tavares, de 02 para 03, 71°52'15" – 11,00m pela frente com a Rua Vereador José Silveira Tavares, 02 para 03, 143°30'20" – 32,65m pela lateral direita com o Lote 04, de 03 para 04, 23°33'01" – 12,50m pelos fundos com o Lote 09, de 04 para 01, 229°39'54" – 34,33m pela lateral esquerda com o Lote 02, contendo no referido lote uma casa residencial, contendo uma sala, uma cozinha, um banheiro, dois quartos, fechada de laje e coberta com telhado metálico, com a área total de **69,00m2**, situado na Rua Vereador José Silveira Tavares, nº 160, no Loteamento "Residencial Esplanada III", na cidade de São João de Oliveira/MG, **no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, contados a partir da terceira e última publicação deste Edital neste Jornal.

Será também este Edital pelo que ficará(ão) ciente(s) e(ou) cientificado(a) de que a não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do Art. 26 § 7º da Lei nº 9.514/97.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aos vinte (03) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezessete (2017). Eu, (a) Luiz Fernando Chagas - Oficial, o digitei e assino.

A **Prefeitura Municipal de Maria da Fé - MG**, através do seu Departamento de Licitações, torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial **nº 042/2017** para Locação de Caminhão Compactador de Lixo em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, **Pregão nº 015/2017.** O Edital completo encontra-se no site da Prefeitura, www.mariadafe.mg.gov.br .

CIA. PARAENSE DE EMPREENDIMENTOS - CNPJ: 20.134.177/0001-98. Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados, relativos ao Exercício Social encerrado em 31/12/2016. (Valores expressos em milhares de reais) - Balanço Patrimonial - R$

ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Disponibilidades	2,34	Obrigações Diversas	1.205,51
Outros Créditos	2.370,98	Exigível a Longo Prazo	119,09
Realizável a Longo Prazo	439,35	Resultados de Exercícios Futuros	190,34
Permanente	192,15	Patrimônio Líquido	1.489,88
Total do Ativo	3.004,82	Total do Passivo	3.004,82
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
Despesas Operacionais	404,54		
Despesas Financeiras	54,97		
Despesas não Operacionais	135,00		
Custo dos Terrenos Vendidos	106,61		
Receitas dos Terrenos Vendidos	832,40		
Outras Receitas não Operacionais	158,80		
Receitas Financeiras	16,89		
Resultado do Exercício	306,97		

Pará de Minas, 31 de dezembro de 2016.

aa) Dr. Júlio Maria Guimarães Ferreira, Diretor - Presidente.

Sebastião Ribeiro, Técnico em Contabilidade, CRC/MG-29511.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DA SEDE DA COMARCA DE SABARÁ/MG
RUA MARIETA MACHADO, Nº 103, CENTRO, SABARÁ/MG, CEP 34505-390 (31) 3671-1075
Habilitações de Casamento:

1. VÍTOR GUIMARÃES SANTANA e **LARISSA CRISTINA UMBELINO DA SILVA**, resd. Sabará. Ele, n. 06/03/1987, f. Antônio Carlos Santana e Neli Guimarães Santana. Ela, n. 29/01/1990, f. Waldomiro Paulo da Silva e Edna Maria Umbelino da Silva.

2. VALDECI FARIAS SANTOS FILHO e **NAYARA SANTOS SILVA,** resd. Sabará. Ele, n. 21/01/1988, f. Valdeci Farias Santos e Selma de Oliveira Santos. Ela, n. 09/09/1992, f. Mauro Luiz da Silva e Nádia Regina dos Santos Silva.

3. ERMELINDO MARTINS DOS SANTOS e **JUCIMARA MENEZES NOGUEIRA**, resd. Sabará. Ele, n. 05/06/1973, f. Raimundo Salamoso e Alice Raimunda de Jesus. Ela, n. 29/10/1977, f. Antonio de Souza Nogueira e Miranildes Menezes Nogueira.

4. JOSÉ HELVECIO DE OLIVEIRA e **ROSILENE ALVES**, resd. Sabará. Ele, n. 15/03/1958, f. João Rodrigues de Oliveira e Geralda Barbosa da Silva. Ela, n. 17/06/1973, f. José Alves e Maria de Lourdes Gomes.

5. ILSON ANTÔNIO LOURENÇO FILHO e **LUCIANA ELVIRA CORREA,** resd. Sabará. Ele, n. 22/03/1978, f. Ilson Antônio Lourenço e Jercília Maria Lourenço. Ela, n. 13/10/1977, f. Manoel Mariano Correa e Geralda Ana Correa.

6. HEVERSON DE HOLANDA GONZAGA e **KARINE MARCELE SOARES AZEVEDO**, resd. Sabará. Ele, n. 15/12/1991, f. Clever Gonzaga e Elizabeth Márcia de Holanda Gonzaga. Ela, n. 08/10/1994, f. Cláudio Azevedo e Heleni Bento Soares.

7. GUILHERME DE ALMEIDA PEREIRA e **MÍRIAM DE MORAES FERREIRA**, resd. Sabará. Ele, n. 25/03/1988, f. Wanderlei Pereira e Clecilda de Oliveira Almeida Pereira. Ela, n. 20/06/1991, f. Wilson Ferreira e Almira de Moraes Barbosa Ferreira.

8. RAFAEL CAVALCANTE FEITOSA e **PAULA LUIZA RIBEIRO DA SILVA**, resd. Sabará. Ele, n. 23/10/1986, f. Roberto Alves Feitosa e Maria José Cavalcante. Ela, n. 19/05/1983, f. Paulo Roberto da Silva e Raquel Rosaria Ribeiro.

9. JULIANO DE ALMEIDA LIBERATO e **ANDREIA JUNIA MARTINS,** resd. Sabará. Ele, n. 28/03/1983, f. Paulo Antonio Liberato e Irene Cecília de Almeida Liberato. Ela, n. 17/10/1984, f. José Teodorico Martins e Maria Vicentina Gomes Martins.

10. HEBERT HENRIQUE SANTOS MARCELINO e **JULIANA RODRIGUES DE CARVALHO SANTOS**, resd. Sabará. Ele, n. 20/03/1996, f. Gilberto Luiz Marcelino e Valquiria Santos Marcelino. Ela, n. 04/06/1996, f. Julio Cesar de Carvalho Santos e Ana Paula Rodrigues Batista.

11. THIAGO FELIPE SIMÕES DOS SANTOS e **INGRID IRIS CRUZ ARAÚJO,** resd. Sabará. Ele, n. 30/03/1989, f. José Estacio dos Santos e Vera Lúcia de Souza. Ela, n. 08/09/1994, f. Wanderly da Silva Araújo e Maria Angela da Cruz Araújo.

12. LUCAS ALVES SOUSA DA SILVA e **RAISA FERNANDA DE PAULA**, resd. Sabará. Ele, n. 10/08/1990, f. Efigênio Eleotério da Silva e Ilza Alves de Sousa e Silva. Ela, n. 15/03/1990, f. José Eustáquio de Paula e Edna das Dôres Jacinto de Paula.

13. TIAGO MARTINS DE LIMA e **JOCELIA GERALDA DA FONSECA,** resd. Sabará. Ele, n. 03/12/1983, f. Nadir Maria de Lima Benfica. Ela, n. 20/07/1987, f. Francisco Martir da Fonseca e Geralda da Fonseca Alves.

HOJE EM DIA
LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

HOJE EM DIA
LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF - CNPJ: 17.405.747/0001-22

Caros amigos,

Como todos sabem, o ano de 2016 foi extremamente desafiador para todos os setores da economia brasileira, e a Federação Mineira de Futebol, naturalmente, também sofreu com os efeitos desta crise. A despeito das dificuldades, nos mantivemos sólidos em nossa proposta, qual seja, realizar profunda mudança no sentido e maior profissionalização e modernização da gestão da instituição e, ao mesmo tempo, seguir investindo em nossos campeonatos profissionais, das divisões de base e amadores. Em termos de arrecadação, foi percebido aumento de aproximadamente 2%. Neste sentido, conseguimos compensar a queda da receita relativa à bilheteria dos jogos profissionais, com expressivo aumento na venda das cotas de patrocínio, trazendo importantes parceiros que valorizam a marca de nossas competições, como o Apoio Mineiro, Anjos da Guarda, Cemil, Penalty e, mais recentemente, o SICOOB. Importante destacar outra grande conquista desta gestão: sediamos a partida entre Brasil e Argentina, o super clássico das Américas, certamente, o confronto mais importante das Eliminatórias para a Copa de 2018. O jogo foi um sucesso dentro e fora de campo, com público de 53.490 torcedores, o que nos proporcionou, também, uma receita extraordinária e importante. Desde o início da gestão, fazemos grande esforço para diminuir nossos gastos. Em termos de despesas gerais e administrativas, reduzimos em quase 19% no ano de 2016. O custo administrativo mais enxuto nos permitiu aumentar o investimento em todas as competições. No que respeito ao futebol amador, em 2016, além do suporte com arbitragem, delegados e materiais, fizemos um grande investimento na criação do sistema de gestão dedicado, facilitando a inscrição e transferência de jogadores. Uma maior formalidade aumenta a organização e confiança nos torneios e facilitará às equipes pleitear o direito de clube formador. Continuando sobre o futebol não profissional, dever estatutário e função social da entidade, cabe informar que a Federação Mineira de Futebol organizou 1.302 jogos desta categoria em 2016, divididos em 10 campeonatos. Sendo 4 de divisões de base, 1 de futebol feminino e os demais, masculinos, com a faixa etária dos participantes variando entre 16 e 60 anos de idade. Dos campeonatos adultos, prestamos apoio técnico à "56ª Copa Itatiaia" e ao "Torneio Corujão Globo Minas". Participaram dos campeonatos acima, quase 11 mil atletas, número relativo apenas às competições realizadas em Belo Horizonte. A final da principal divisão do futebol amador foi realizada na Arena Independência.Ainda sobre o futebol amador, mas desta vez nos referindo às Ligas Municipais, estabelecemos uma política de repasse dos valores relativos às taxas de expedientes para as mesmas, além de suporte técnico em suas competições, e jurídico, quando há necessidade. Das quase 120 Ligas filiadas junto à Federação, mais de 60% fizeram jus ao benefício, que possui regulamento específico determinando os critérios para que o recebam. Cumpre destacar que a atual gestão aderiu aos programas de parcelamentos especiais "REFIS" e "PROFUT", regularizando débitos pendentes desde 1963. Trata-se da sequência do esforço iniciado quando da posse desta Diretoria, e cujo objetivo foi a resolução permanente da situação fiscal da Federação e, por consequência, a melhoria de sua gestão financeira e contábil, considerando que, em face da ameaça de penhoras, a instituição não era correntista de qualquer instituição bancária. Para 2017, seguimos com grandes planos e esperamos conseguir dar todo o suporte necessário para que nossas equipes da capital e do interior possam se destacar em todos os torneios que serão disputados, possivelmente com títulos, a exemplo do sucesso obtido em 2014. Por fim, agradeço aos nossos colaboradores pela valorosa dedicação à Federação Mineira de Futebol e cumprimento todos os nossos filiados pela confiança e apoio. Nossa administração tem como objetivo primordial seguir se modernizando, melhorando e fomentando o futebol das Minas Gerais. Atenciosamente, Castellar Modesto Guimarães Neto

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R$ 1)

ATIVO	NOTA	31.12.16	31.12.15
CIRCULANTE			
Caixas e equivalentes	3	325.921	391.579
Clubes filiados	4	1.768.909	1.093.452
Estoques	5	16.500	237.407
Contas a receber	6	325.000	-
		2.436.330	1.722.438
NÃO CIRCULANTE			
Realizável longo prazo			
Títulos de capitalização	3	253.487	253.487
Depósitos judiciais	9	55.651	46.691
		309.138	300.178
Imobilizado	7	256.353	257.565
Intangível		3.002	3.002
		568.493	560.745
Total do Ativo		3.004.823	2.283.184

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31.12.16	31.12.15
CIRCULANTE			
Fornecedores		243.277	44.471
Salários e encargos sociais		143.853	138.950
Tributos a recolher		25.371	62.193
Tributos parcelados	8	329.098	292.395
Outros débitos		2.071.503	1.555.872
		2.813.102	2.093.881
NÃO CIRCULANTE			
Tributos Parcelados	8	8.765.257	8.229.944
Provisão para passivos contingentes	9	1.846.425	1.634.267
Receita a realizar	10	65.000	1.092.661
		10.676.682	10.956.872
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Patrimônio social		-	-
Déficit acumulado		(10.484.961)	(10.767.569)
		(10.484.961)	(10.767.569)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		3.004.823	2.283.184

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (EM R$ 1)

	NOTA	31.12.16	31.12.15
RECEITAS OPERACIONAIS	11	12.394.770	12.527.879
DESPESAS OPERACONAIS			
Despesas com Pessoal	12	(5.569.811)	(5.344.739)
Despesas Administrativas	13	(3.298.064)	(4.053.724)
Utilidades e Serviços	14	(1.514.366)	(1.327.001)
Despesas tributárias	15	(29.921)	(34.828)
Outras receitas (despesas)	16	(856.724)	243.886
Despesas com depreciação	7	(75.273)	(82.633)
		(11.344.159)	(10.599.039)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	17	157.190	3.152
Despesas Financeiras	17	(925.193)	(270.462)
		(768.003)	(267.310)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		282.608	1.661.530

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) (EM R$ 1)

	Patrimônio Social	Superávits (déficits) Acumulados	Total
Saldo em 31.12.14	(13.341.604)	912.505	(12.429.099)
Transferência	13.341.604	(13.341.604)	
Superávit do exercício	-	1.661.530	1.661.530
Saldo em 31.12.15	-	(10.767.569)	(10.767.569)
Superávit do excercício		282.608	282.608
Saldo em 31.12.16	-	(10.484.961)	(10.484.961)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM R$ 1)

	31.12.16	31.12.15
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	282.608	1.661.530
Depreciação e amortização	75.273	82.633
Superávit ajustado	357.881	1.744.163
REDUÇÃO (aumento) DE ATIVOS		
Contas a receber	(675.457)	(626.548)
Estoques	-	65.590
Outros créditos	(104.093)	(236.833)
Títulos de capitalização	-	(253.487)
Depósitos judiciais	(8.960)	
AUMENTO (redução) DE PASSIVOS		
Fornecedores	198.806	34.815
Obrigações sociais	4.903	62.451
Impostos a recolher	(36.823)	23.941
Parcelamentos fiscais	572.016	(3.820.225)
Valores a pagar	515.632	99.569
Provisão para passivos contingentes	212.158	(67.200)
Receita antecipada	(1.027.661)	377.374
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	8.402	(2.596.390)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	(80.294)	(195.193)
Baixas de imobilizado	6.234	13.218
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(74.060)	(181.975)
REDUÇÃO DE CAIXAS EQUIVALENTES	(65.658)	(2.778.365)
Caixa e equivalentes no início do exercício	391.579	3.169.944
Caixa e equivalentes ao final do exercício	325.921	391.579
Redução	(65.658)	(2.778.365)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL A Federação Mineira de Futebol, constituída em 5 de março de 1915, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é uma entidade estadual de natureza desportiva, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, gozando, nos termos do artigo 217, inciso I, da Constituição Federal, de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, regida pelas normas legais do país e regras desportivas vigentes. Seu principal objetivo é administrar, dirigir, fomentar, difundir, incentivar e fiscalizar, de acordo com a competência legal, a prática de futebol não profissional e profissional, em todo o território do Estado onde é localizada. Além disso, é também o de promover campanhas educacionais, principalmente para a juventude, incentivando a elaboração de projetos que busquem instituir escolas de futebol em favor da comunidade carente, produzir, implementar e desenvolver sua atividade e/ou de seus filiados através de convênios e parcerias com quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando viável, podendo receber numerários e recursos em geral. O patrimônio da Federação compreende os bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título, troféus e prêmios que são insuscetíveis de alienação, fundos existentes ou bens resultantes de sua inversão e doações. A Federação não tem por objetivo a geração de lucros, devendo aplicar suas receitas e recursos financeiros na realização de suas finalidades, bem como na organização, na administração, na divulgação e no fomento do futebol. Dessa forma, a Federação preenche os requisitos legais ao reconhecimento de sua isenção tributária junto à União, Estado e Município. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em consideração, quando aplicáveis, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Entidade não possui outros resultados abrangentes e, dessa forma, a Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade em 22 de março de 2017. **2.2. Moeda funcional** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Entidade. A Federação não possui ativos e passivos em moeda estrangeira. **2.3. Instrumentos financeiros** A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: - Ativos financeiros: •Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. •Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. • Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Entidade tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. •Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. - Passivos financeiros • Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. • Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. **2.4. Análise do valor de recuperação de ativos** A Administração da Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -** Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. - Estimativas e premissas : As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão abordadas a seguir. - Provisão para crédito de liquidação duvidosa: A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como redução do saldo de contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, considerando o risco individual dos créditos. - Vida útil do ativo imobilizado e intangível: A depreciação ou amortização do ativo imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. - Provisões para processos judiciais: A Entidade registra provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Entidade também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas levando em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os fundamentos e natureza de provisões para processos judiciais estão descritos na Nota 9. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. CAIXA E EQUIVALENTES** Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Entidade. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

	31.12.16	31.12.15
Caixa e bancos	11.091	4.086
Aplicação de liquidez imediata	314.830	226.844
Valores em trânsito	-	160.648
Soma - R$ 1	325.921	391.579

A Entidade tem políticas de investimento financeiro que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, liquidez diária e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e sejam substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A Federação possui aplicação em Título de Capitalização vinculado como garantia ao contrato de aluguel. **4. TRANSAÇÕES ENTRE FILIADOS** (i) Contas a receber/contas a pagar (filiados) Os saldos entre a Entidade e filiados referem-se principalmente às contas correntes entre os clubes relativos a borderôs, adiantamentos, taxas e emolumentos por serviços prestados. Segue abaixo o demonstrativo com os saldos a receber referentes a essas transações entre a Entidade e os clubes de futebol, apresentados no circulante e não circulante:

	31.12.16	31.12.15
Clubes filiados	3.639.832	2.607.840
PCLD	(1870.923)	(1.514.387)
Soma - R$ 1	1.768.909	1.093.452

Não incidem juros ou atualização sobre os saldos a receber e a pagar nas transações detalhadas acima.Tendo em vista que não existem garantias sobre o recebimento dos valores registrados nas contas a receber entre filiados, a Federação optou por constituir provisão para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir suas possíveis perdas. \Abaixo, demonstramos a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD):

	R$1
Saldo em 31.12.15	(1.514.387)
Reversão	329.139
Constituição	(685.675)
Saldo em 31.12.16	(1.870.923)

(ii) Adiantamentos aos clubes (Nota 5) Existem saldos de mútuos que são representados por valores antecipados aos clubes de futebol. Os pagamentos são efetuados mediante a realização de cotas comerciais e televisivas, em razão da participação de seus filiados nas competições. Os adiantamentos de cotas concedidos pela Federação aos seus filiados são garantidos, incondicionalmente, por direitos reais consubstanciados nas aludidas receitas comerciais e televisivas, decorrentes da sua participação nos eventos promovidos pela Entidade. Todas as obrigações mantidas pelos clubes filiados em relação à Entidade recebem tratamento rigorosamente equânime. (iii) Receita entre filiados A Federação recebe mensalmente auxílio financeiro fixo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), conforme o Programa de Auxílio Financeiro definido pela CBF. Esse auxílio fixo oriundo da CBF refere-se aos valores concedidos com o objetivo de assistência na manutenção da Federação. O montante de auxílio fixo recebido da CBF no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totaliza R$975.000 (R$750.000 em 31 de dezembro de 2015). Em dezembro/2015 a FMF recebeu adiantamento de R$750 mil referente ao auxilio de 2016, contabilizado no passivo, como receita a realizar (Nota 10) (iv) Despesas entre filiados Contribuições e Subvenções Os valores provenientes de Contribuições e Subvenções consistem em despesas pagas pela Federação aos clubes, referentes aos custos oriundos de passagens aéreas, estadias e alimentação das delegações dos clubes de segunda divisão que não possuem recursos para pagamento de tais valores. A Federação, cumprindo com o seu papel estatutário de fomento ao futebol regional e dentre outros, arcando com os custos de logísticas destas competições, nomeadamente as partidas do Futebol Amador, tendo investido, em 2016, R$600 mil. Arbitragem: As despesas com a arbitragem do campeonato da série A são pagas pelo clube mandante da partida e os valores são retirados do montante da renda apurada, ao término da partida, sendo lançados no boletim financeiro elaborado por fiscais indicados pela FMF e acompanhado por um representante do clube. Já em relação aos campeonatos das séries B, C e D, os valores utilizados pela FMF para pagamento da arbitragem são enviados pela CBF, através de crédito em conta da Entidade, geralmente antecipando o mínimo de três rodadas. A prestação de contas acontece no decorrer do campeonato através dos recibos assinados pelos árbitros. **5.ADIANTAMENTOS** O saldo registrado no grupo de adiantamentos refere-se, principalmente, a antecipação das taxas de transferências de jogadores feitas à clube filiado e serviço de transporte de carga.

	31.12.16	31.12.15
Adiantamentos a empregados	-	6.407
Aluguel antecipado	-	231.000
Adiantamento a fornecedores	1.500	-
Adiantamento a clubes (nota 4)	15.000	-
Soma - R$ 1	16.500	237.407

6.CONTAS A RECEBER Pode ser assim demonstrado:

	31.12.16	31.12.15
Patrocinadores	325.000	-
Soma - R$ 1	325.000	-

Em 31.12.16 a Federação, após análise, não constatou necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa, para este recebível. **7. IMOBILIZADO** O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável e pode ser assim demonstrado:

		31.12.16			31.12.15
Imobilizado	Taxa Média (% a.a)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Veículo	20%	49.269	(7.390)	41.879	8.210
Máquina e equipamento	10%	12.600	(4.915)	7.685	405
Computadores e periféricos	20%	111.471	(109.251)	2.220	18.319
Móveis e utensílios	10%	197.354	(52.724)	144.630	146.192
Equipamento de comunicação	20%	118.768	(63.571)	55.197	78.950
Sistema de monitoramento	10%	7.461	(2.719)	4.742	5.489
Soma - R$ 1		496.924	(240.571)	256.353	257.565

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos itens por categoria de imobilizado:

Descrição	31.12.15	Adições	Baixas	Deprec.	31.12.16
Veículo	8.210	49.269	(6.233)	(9.367)	41.879
Máquina e equipamento	405	8.400	-	(1.120)	7.685
Computadores e periféricos	18.319	5.720	-	(21.819)	2.220
Móveis e utensílios	146.192	16.905	-	(18.467)	144.630
Equipamento de comunicação	78.950	-	-	(23.754)	55.196
Sistema de monitoramento	5.489	-	-	(746)	4.743
Soma - R$ 1	257.565	80.294	(6.233)	(75.273)	256.353

A Entidade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Ressaltamos que não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos demais ativos na Entidade. **8.TRIBUTOS PARCELADOS** Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade possuía débitos de parcelamento de INSS no montante de R$5.938.575 (R$5.404.292 em 31 de dezembro de 2015), sendo parte contabilizada no passivo circulante, no montante de R$178.077 em 2016 (R$156.300 em 2015), e parte no passivo não circulante, no montante de R$5.760.498 (R$5.247.991 em 2015). Os parcelamentos são corrigidos mensalmente conforme tabela prática das contribuições em atraso emitida pela Receita Federal.

	31.12.16	31.12.15
Prefeitura de Belo Horizonte	611.398	690.991
Parcelamento débitos com INSS	5.938.575	5.404.292
Parcelamento débitos com RFB	2.544.382	2.427.057
Soma - R$ 1	9.094.355	8.522.340
Circulante	329.098	292.395
Não Circulante	8.765.257	8.229.944
Soma - R$ 1	9.094.355	8.522.340

9.DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de seus processos judiciais e administrativos conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso. A Entidade constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas referentes aos processos judiciais, pelos quais a mesma é considerada como ré.

	31.12.16	31.12.15
Reclamatórias trabalhistas	450.595	282.800
Reclamatórias Cíveis	1.395.830	1.351.467
Soma - R$ 1	1.846.425	1.634.267

Abaixo, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o exercício de 2016:

	R$1
Saldo em 31.12.15	1.634.267
Constituição	494.958
Baixas	(282.800)
Saldo em 31.12.16	1.846.425

Os saldos de depósitos judiciais referem-se aos depósitos em juízo efetuados por determinação judicial de acordo com as particularidades de cada uma das causas. 10. RECEITAS A REALIZAR Referem-se a determinado percentual de participação pertinente à Federação sobre os contratos de patrocínio recebidos antecipadamente ao período de vigência do contrato. Esses valores não são tratados como receita do período em que foram recebidos. São normalmente tratados como adiantamentos recebidos de patrocinadores a serem transferidos para receita quando incorridos, pelo regime de competência, não estando sujeitos à devolução por cancelamento da transação.

	31.12.16	31.12.15
Auxílio Financeiro Fixo 2016 (i)	-	750.000
Patrocínio Campeonato Mineiro (ii)	-	342.661
Anuidade 2017	5.000	-
Taxas Campeonato Mineiro 2017	60.000	-
Soma - R$ 1	65.000	1.092.661

i. Conforme Nota 4.iii -ii.Parcela do contrato de patrocínio do Campeonato Mineiro 2016, recebida antecipadamente ao período de vigência do mesmo. **11. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de abatimentos, como segue:

	31.12.16	31.12.15
Receitas com Campeonatos (i)	3.409.890	3.770.321
Taxas (ii)	1.667.714	1.069.645
Patrocínios (iii)	2.530.760	970.500
Publicidade (iv)	1.405.691	1.259.075
Doações (v)	975.000	750.000
Recadastramento anual (vi)	356.850	263.615
Multas/Taxas TJD (vii)	172.915	84.174
Jogos comemorativos	640.436	28.772
Futebol amador	1.180	289.333
Receita com Arbitragem	817.134	509.310
Não operacionais (viii)	10.918	3.012.052
Outras	406.282	521.082
Soma - R$ 1	12.394.770	12.527.879

(i) Renda de jogos - A receita proveniente de bilheteria refere-se a 5% do total arrecadado de bilhetagem nas competições realizadas de âmbito nacional e 10% nos estaduais, sendo reconhecida pelo regime de competência na realização do evento/partida; (ii) Taxas de registro, transferência e rescisão de clubes e atletas - A receita proveniente da negociação de atletas refere-se às taxas de transferência entre clubes quando os jogadores são transferidos para Estados diferentes. Além disso, no caso de transferência de jogadores do mesmo Estado para Clubes distintos, são cobrados valores de rescisão e recadastramento. Em todos os casos, a receita é reconhecida pelo regime de competência; (iii) Contratos de patrocínio - Os valores provenientes de receita de patrocínio referem-se aos contratos firmados com as empresas para a divulgação de suas marcas e logos nas competições ocorridas nos estádios de futebol. Geralmente, a divulgação das empresas é realizada através de placas que ficam localizadas nos campos em que as partidas ocorrem, dando ao espectador maior visibilidade e acesso ao material divulgado;(iv)Publicidade, direitos televisivos e comerciais - A receita é reconhecida de acordo com o período de vigência de cada contrato, pelo regime de competência. Os direitos comerciais e televisivos referem-se aos valores pagos pelos canais de televisão nos quais as partidas são transmitidas em rede nacional e/ou estadual; v) Doações (Auxílio CBF - Programas de Auxílio Financeiro) – Conforme Nota 4.iii); (vi) Recadastramento Anual - Trata-se de valores recebidos dos Clubes, para manutenção de seu cadastro junto à FMF, possibilitando que os mesmos possam participar dos diversos campeonatos organizados pela Entidade; (vii) Multa do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) - As receitas provenientes do TJD referem-se principalmente às penalidades aplicadas aos Clubes; (viii) Receita não operacional – Reconhecimento dos benefícios pela adesão ao Programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro – PROFUT. **12. DESPESAS COM PESSOAL** O plano salarial e de benefícios da administração da Entidade seguem os mesmos critérios para todas as remunerações dos funcionários e dirigentes.

	31.12.16	31.12.15
Despesas com salários	2.051.702	1.966.920
Despesas com encargos	1.427.636	889.823
Despesas com férias	277.550	232.241
Despesas com 13º Sallário	198.160	188.856
Autônomos e respectivos encargos	1.614.764	2.066.897
Soma - R$ 1	5.569.811	5.344.739

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS Os saldos registrados no grupo de despesas gerais e administrativas referem-se aos valores provenientes de tratamento com os filiados, serviços tomados e demais taxas pagas pela Federação no exercício de 2016.

	31.12.16	31.12.15
Alimentação	48.063	48.128
Informática	113.295	25.686
INSS	281.634	341.185
Legais e Judiciais	29.086	13.908
Locações diversas	128.068	-
Material de consumo	18.404	113.002
Promoções e eventos	139.481	375.727
Repasse financeiros - clubes	272.946	730.000
Repasse para ligas	32.400	-
Repasse para Futebol Amador Capital	2.950	-
Serviços de pessoa jurídica	1.814.415	2.103.422
Viagens/Transportes/hospedagem	360.879	236.332
Outras	56.442	66.336
Soma - R$ 1	3.298.064	4.053.724

14. UTILIDADES E SERVIÇOS Pode ser assim demonstrado:

	31.12.16	31.12.15
Condomínios/Alugueis	498.441	288.756
Conservação e manutenção vê	44.515	38.706
Conservaçõ e reparos	32.099	192.556
Telefone	82.774	72.441
Energia Elétrica	51.315	40.385
Diárias e passagens arb./qm	17.865	23.675
Vigilância e monitoramento	48.604	8.835
Ingressos	189.864	-
Troféus e Medalhas	104.823	84.781
Despesas com gráficas	10.117	21.935
Fretes e Carretos	14.795	12.871
Despesas Taça BH	305.135	418.685
Outras	114.020	123.376
Soma - R$ 1	1.514.366	1.327.001

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS As despesas tributárias referem-se aos valores de impostos pagos ao longo do exercício, conforme apresentado a seguir:

	31.12.16	31.12.15
IPTU	23.214	14.739
IPVA	1.178	1.465
IRRF/IOF	1.359	17.815
ISS PJ/PF	262	(117)
TFLF/TAXAS	1.869	926
Diversos	45	-
Despesa com processos judiciais	1000	-
PIS/CONFINS/CSLL	82	-
Taxa de Incêndio	912	-
Soma - R$ 1	29.921	34.828

16. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) Pode ser assim demonstrado:

	31.12.16	31.12.15
Reversão (constituição) de PCLD (nota 4)	(356.536)	255.911
Cível	(44.363)	-
Trabalhista	(450.595)	-
Outras	(5.230)	(12.025)
Soma - R$ 1	(856.724)	243.886

17. RESULTADO FINANCEIRO Os valores registrados no resultado financeiro se referem principalmente aos rendimentos de aplicação financeira, juros sobre empréstimos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.16	31.12.15
Receitas Financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	41.504	1.992
Descontos obtidos	-	1.160
Multas/juros	115.686	-
	157.190	3.152
Despesas Financeiras:		
Juros sobre parcelamentos tributários	(18.792)	(260.092)
Despesas bancárias	(20.769)	(10.370)
Atualização parcelemaneto Refis/Profut	(885.632)	-
	(925.193)	(270.462)
Resultado finaceiro líquido	(768.003)	(267.310)

18. INFORMAÇÕES POR DIVISÃO Os valores de receitas e desembolsos provenientes das divisões de futebol estão destacados a seguir:

	Primeira divisão	Divisões de acesso	Futebol Amador	Total
Patrocínios	2.128.333	170.760	-	2.299.094
Direito de transmissão	1.369.130	-	-	1.369.130
Mineiro	952.179	236.211	-	1.188.390
Brasileiro	1.021.579	131.111	-	1.152.690
Receita com arbitragem	-	684.890	15.377	700.266
Copa do Brasil	-	441.903	-	441.903
Copa Libertadores	418.042	-	-	418.042
Taxas	112.028	80.580	62.468	255.076
Ingressos	50.118	77.300	-	127.419
Anuidade	-	80.500	42.550	123.050
Diversos	18.280	92.077	1.219	11.576
Subtotal receitas	6.069.689	1.995.333	121.613	8.186.636
Arbitragem	(13.741)	(688.734)	(342.690)	(1.045.165)
Serviço de pessoa jurídica	(371.489)	(20.525)	(13.103)	(405.117)
Repasse financeiro - clubes	(170.000)	(102.946)	(35.350)	(308.296)
Viagens/Transportes/Hospedagem	(9.241)	(715)	(190.577)	(200.533)
INSS	(109.064)	(11.009)	(53.402)	(173.475)
Ingressos	(173.200)	(91)	-	(173.291)
Despesas Taça BH	-	(166.531)	-	(166.531)
Locações diversas	(36.555)	(11.150)	(16.829)	(64.534)
Trofeus e medalhas	(25.374)	(4.590)	(26.170)	(56.134)
Promoções e eventos	(9.588)	(645)	(42.544)	(52.777)
Vigilância e monitoramento	(28.800)	(595)	-	(29.395)
Outras despesas jogos	(19.330)	(10.968)	(213)	(30.511)
Diversos	(1.843)	(1.623)	(9.601)	(13.067)
Subtotal desembolsos	(968.224)	(1.020.123)	(730.479)	(2.718.826)
Líquido - R$1	5.101.466	975.210	(608.866)	5.467.810

* * *

PRESIDENTE - CASTELLAR MODESTO GUIMARÃES NETO
VICE-PRESIDENTE - ERNANI MARCOS DO CARMO
CONTADOR RESPONSÁVEL - ALEX MAURÍCIO FAGUNDES – CRCMG 096.278

Balanço publicado conforme determinação do Inciso I do Artigo 46 Dígito A da Lei 9615/98.